

Museu do Traje
São Brás de Alportel

Centro de
Documentação



OS MOÇÁRABES

José Mattoso

**Revista Lusitana (Nova Série)
Nº 6 (1985) pp. 5-24**

**Instituto Nacional de Investigação Científica
Lisboa
1985**

REVISTA LUSITANA

NOVA SÉRIE

6

FUNDADA
POR

JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS



INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

LISBOA

1985

OS MOÇÁRABES

JOSÉ MATTOSO

Lisboa

O problema da influência moçárabe nas origens de Portugal foi posto pela primeira vez em termos «modernos» por ALEXANDRE HERCULANO. Reduzindo a sua ideia aos elementos essenciais, pode-se dizer que ele considerou os moçárabes a camada étnica que verdadeiramente assegurou a continuidade cultural entre a época romana e a Idade Média cristã. Teriam constituído como que o elemento permanente, preservador das instituições municipais, do Direito Romano e da língua e da mentalidade latinas. Para o mesmo Autor, a islamização teria sido superficial. Representava uma cultura estranha à Península e que se haveria dissipado com facilidade depois da Reconquista⁽¹⁾.

É bastante instrutivo aproximar esta tese da dos autores castelhanistas, cuja expressão mais nítida se encontra em SÁNCHEZ ALBORNOZ. Também ele minimizou o factor islâmico, apesar de atribuir tanta importância à cultura árabe. Para ele, os caracteres hispânicos eram de tal modo vigorosos que se impuseram aos invasores árabes e berberes, alterando substancialmente a civilização andaluza e por isso mesmo tornando-a especificamente diferente da do resto do Islão⁽²⁾. SÁNCHEZ ALBORNOZ não aceita, portanto, ao contrário de

(1) ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal* (ed. J. Mattoso), Lisboa, Bertrand, 1980, v. III, p. 247-250.

(2) CLAUDIO SÁNCHEZ ALBORNOZ, *España, un enigma histórico*, Buenos Aires, 1952, v. I, p. 157-185, 189-240.

AMÉRICO CASTRO, que o carácter específico da hispanidade resulte de uma síntese entre as tradições culturais próprias da Península, as vindas do mundo árabe e as judaicas (2).

Os autores portugueses posteriores a HERCULANO evitaram pronunciar-se sobre o problema da hispanidade. Interessaram-se apenas, como é natural, pelo da identidade portuguesa. Deve-se dizer, porém, que em termos muito globais, parecem ter-se sentido bastante perplexos pelos avanços científicos que provaram a falta de fundamento da tese de HERCULANO acerca da origem romana dos municípios (3), e pelo vigor com que os medievalistas espanhóis, SÁNCHEZ ALBORNOZ à frente, defenderam a tese do despovoamento (4). Estas duas posições esvaziariam, por assim dizer, o passado nacional, ou pelo menos criariam um hiato que faria da nacionalidade um facto recente, artificial, arbitrário. Apesar das posições militantemente nacionalistas da primeira metade deste século, o problema não foi estudado com a devida seriedade, excepto por TORQUATO DE SOUSA SOARES e ORLANDO RIBEIRO. O primeiro, para ir buscar ao passado romano os antecedentes da nacionalidade, preocupando-se sobretudo por encontrar a coincidência das divisões administrativas com as romanas, mas nem sempre suficientemente explícito quanto à via pela qual elas se poderiam ter transmitido ao mundo medieval (5). O segundo, para mostrar uma grande quantidade de indícios de continuidade entre um passado longínquo e a época medieval e moderna (6).

A posição tradicional, e particularmente a tese de HERCULANO, foi de certo modo invertida por autores mais recentes que viram na cultura islâmica as verdadeiras raízes da origi-

(2) AMÉRICO CASTRO, *La realidad histórica de España*, México, ed. Porrúa, 1971.

(3) CL. SÁNCHEZ ALBORNOZ, *Ruina e extinción del municipio romano en España e instituciones que le reemplazan*, Buenos Aires, 1943.

(4) Id., *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1966.

(5) Ver sobretudo TORQUATO DE SOUSA SOARES, *A origem e a formação de Portugal*, Coimbra, Universidade, 1962; Id., *Contribuição para o estudo das origens do povo português*, Sá da Bandeira, 1970.

(6) Ver sobretudo ORLANDO RIBEIRO, «Portugal (formação de)», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão), v. III, Lisboa, 1968, p. 432-451 e Id., *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977.

nalidade nacional, e nos moçárabes os portadores, não tanto das tradições romanas, mas das árabes. Para eles, o que seria verdadeiramente importado, e como que o produto de um fenómeno colonizador, alheio e deturpante, seria o cristianismo e a cultura franca da qual os conquistadores do século XI e XII se fizeram portadores. Quer dizer, transformar-se-ia a diferença cultural em diferença social, em luta de classes, e identificar-se-ia o verdadeiro espírito nacional com as tradições dos povos meridionais, subjugados pelos clérigos e cavaleiros do Norte. Tal é, na sua expressão mais extremista, a posição de A. BORGES COELHO (*). Autores mais moderados, entre os quais se deve salientar o nome de OLIVEIRA MARQUES, apesar de evidenciarem uma clara propensão para salientar o peso do islamismo, não podem deixar de reconhecer que a individualidade portuguesa resulta de uma síntese entre duas civilizações diferentes e que em muita coisa se opunham. Para este, os costumes dos vencedores não destruíram por completo nem podem fazer esquecer o importante contributo dos vencidos (°).

Até aqui, porém, pouco se tem avançado no problema da verdadeira e correcta delimitação das áreas em que o contributo islâmico foi preponderante e decisivo, e aquelas em que desapareceu praticamente por completo. Pouco se adiantou quanto ao problema de saber se houve verdadeira síntese entre os elementos de um lado e do outro. Praticamente nada se disse acerca do processo evolutivo resultante da oposição e da sua eventual superação por meio de uma verdadeira síntese. Estas interrogações resultam em parte de não se ter delimitado com suficiente clareza aquilo que se deve aos moçárabes. Os autores recentes tendem a confundi-los, quando são, afinal, conjuntos bem diferentes um do outro, tanto do ponto de vista étnico como linguístico e cultural (1°). Creio que uma correcta distinção entre eles pode ser justamente o ponto de partida para a resolução mais exacta do problema aqui exposto.

(°) Ver sobretudo o prólogo a *Portugal na Espanha árabe* (v. III, Lisboa, Seara Nova, 1973), p. 15-34. Aí se lê, por exemplo: «o afluxo étnico de berberes e árabes (iemenitas, egípcios e sírios) ultrapassa o contributo bárbaro medieval».

(*) A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, Lisboa, Palas ed. 1982, v. I, p. 151 e passim.

(1°) É particularmente o caso, creio, de A. BORGES COELHO, *o. c.*

O que aqui digo sugere, desde já, que o problema dos moçárabes tem de ser retomado pela base. Entre os dados que será necessário utilizar avultam os linguísticos e toponímicos. Não se espera, portanto, um estudo completo da questão, uma vez que não possuo conhecimentos suficientes para recorrer a este tipo de argumentos. Limitar-me-ei, a recolher os elementos históricos que neste momento da investigação se podem usar. Espero que este breve artigo sirva justamente para sugerir uma via de pesquisa aos especialistas com a contribuição dos quais se possa resolver definitivamente o problema.

Começemos, pois, por distinguir claramente moçárabes e árabes. Aqueles conhecem-se pela língua, pois continuam a falar entre si um dialecto próximo do latim vulgar, com as suas peculiaridades estudadas pelos filólogos, pela religião, porque continuam a praticar o cristianismo, e pela cultura, pois os seus clérigos, pelo menos, continuam a preservar muito da superioridade da cultura latina do fim do Império.

À primeira vista não devia restar muito dos moçárabes no momento da Reconquista, à data da ocupação de Lisboa (1147) ou à data da conquista do Algarve (1249). É o que se deve concluir das duras condições em que viviam, sob o domínio islâmico, pois foram onerados por pesados impostos, perseguidos, sobretudo nas cidades, por vagas sucessivas de chefes políticos intolerantes, muito particularmente a partir do império almorávida, relegados em condições de inferioridade para os meios rurais, como agricultores dependentes dos vencedores⁽¹¹⁾. Não se generalize, portanto, o habitual princípio de tolerância religiosa muçulmana, que efectivamente se verificou durante séculos, mas deixou de ser praticada a partir do fim do século XI.

Acrescem a estas circunstâncias desfavoráveis as violências e opressões dos próprios cristãos que, no momento em que avançaram para sul submetiam frequentemente os moçárabes ao cativeiro ou à servidão, confundindo-os com os muçulmanos.

(11) Ver as várias obras gerais acerca dos moçárabes, e em particular F. J. SIMONET, *Historia de los mozárabes de España*, in *Memorias de la Real Academia de la Historia*, Madrid, 1897-1903, recentemente reimpresso; ISIDORO DE LA CACIGAS, *Los mozárabes*, Madrid, 1974.

Estes factos históricos, que adiante examinaremos com mais cuidado, parecem explicar suficientemente o facto de os vestígios deixados pelos moçárabes na toponímia, na onomástica, na fonética e nas particularidades lexicais se terem absorvido com rapidez, ao ponto de deixarem bem poucos vestígios no português actual.

Se assim fosse, o contributo dos moçárabes para a edificação do espírito nacional não podia ter sido grande. A colonização cultural nortenha tudo teria absorvido rapidamente. Tirando alguns resíduos ocasionais, até a memória do passado moçárabe se teria perdido sem remissão. O país, a nação, teria englobado gente do Sul, evidentemente, mas cultural e institucionalmente seria afinal uma realidade nortenha, cuja pujança a teria feito absorver o resto do território nacional.

Vejamos tudo isto mais de perto.

Antes de mais, convém reunir os testemunhos da debilidade da etnia e da cultura moçárabe. Depois veremos que a sua resistência não é tão pequena como isso. Finalmente tentaremos descobrir como puderam subsistir elementos típicos da sua individualidade através do processo de aculturação que se deu a partir da segunda metade do século XI e durou pelo menos até ao princípio do século XIV.

A debilidade étnica e cultural dos moçárabes é inegável. Constantemente afectadas pela conversão ao islamismo, pela emigração para o norte cristão e pelas perseguições almóvidas e almóadas, só é de admirar como conseguiram, mesmo assim, subsistir até à Reconquista. De facto, existem numerosos testemunhos das conversões de cristãos ao islamismo. Os que o faziam chamavam-se *muwalladi*. O seu número era suficientemente grande para darem origem a povoados que guardaram nos respectivos nomes o vestígio da sua conversão. É o que acontece com o topónimo Moldes (< *mollites* < *muwalladi*). Sabe-se também que um número considerável de chefes de taifas no século XI e no século XII eram *muwalladi*. Embora esta fosse, por assim dizer, a forma mais benigna de absorção, pela civilização islâmica, pois a conversão religiosa não destruíra completamente as tradições culturais autóctones, não há dúvida que os modelos sociais e culturais adoptados pelos *muwalladi* eram alheios. E embora não se possa negar que a civilização andaluza constitua uma síntese a partir de tradições

da Bética romanizada e do mundo árabe (como salienta SÁNCHEZ ALBORNOZ), também não se pode esquecer que o modelo social e cultural oriental e africano é fundamentalmente diferente do do hispânico. Como PIERRE GUICHARD provou sem sombra de dúvida ⁽¹²⁾. Assim, tanto o domínio almorávida como o almóada contribuíam para restabelecer a dualidade atenuada durante os dois períodos de reinos taifas que os entremearam e para comprometer as sínteses originadas pelos *muwalladi*.

As emigrações para o norte cristão foram muito frequentes desde o século VIII. Existem numerosos testemunhos históricos postos em relevo num dos últimos trabalhos de RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL ⁽¹³⁾. Os moçárabes fundaram as suas comunidades monásticas no Norte, foram reforçar o clero leonês, asturiano, galego ou castelhano ⁽¹⁴⁾, penetraram na corte régia astur-leonesa, inspiraram muitos escritos cristãos, trouxeram livros, cultivaram as suas tradições em meio nortenho. Foram os principais preservadores do código visigótico e dos seus princípios legislativos, das colecções de actas de concílios, de textos isidorianos. Inspiraram na corte astur-leonesa a ideia de ela ser a herdeira legítima da corte visigótica ⁽¹⁵⁾, prepararam a adopção da Regra de S. Bento por comunidades que mais tarde entraram em contacto com Cluny ⁽¹⁶⁾, cultivaram o latim e a liturgia solene da tradição hispânica. Assim, se, por um lado, a emigração moçárabe contribuiu para enfraquecer a cristandade meridional, serviu também para atenuar

⁽¹²⁾ PIERRE GUICHARD, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, Barcelona, ed. Barral, 1976.

⁽¹³⁾ RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, «Dos problemas iniciales relativos a los romances peninsulares», in *Enciclopedia lingüística hispánica*, v. I, Madrid, 1960.

⁽¹⁴⁾ J. A. GARCÍA DE CORTAZAR e CARMEN DIEZ HERRERA, *La formación de la sociedad hispano-cristiana del Cantábrico ao Ebro en los siglos VIII a XI. Planteamiento de un hipótesis y análisis del caso Liébana, Asturias de Santillana y Trasmiera*, Santander, ed. Estudio, 1982, p. 56-57, 62.

⁽¹⁵⁾ ABILIO BARBERO e MARCELO VIGIL, *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, ed. Critica, 1978, p. 232-278.

⁽¹⁶⁾ ANTONIO LINAGE CONDE, *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*, León. Centro de Estudios San Isidoro, 1973, v. I, p. 442-456.

a oposição Norte-Sul que durante a controvérsia adopcionalista no fim do século VIII se tinha revelado tão grave ⁽¹⁷⁾.

De factos deste género são testemunhos, no nosso território, a vinda do abade Randulfo para o mosteiro de Paço de Sousa no fim do século X, por ocasião das incursões de Almançor, e que deixou ao mosteiro onde se tinha acolhido vários bens situados muito mais a sul ⁽¹⁸⁾. Ou então o abade Tudeildus da Vacariça que cerca de 1026 se refugiou em Leça, junto ao Porto, e aí ficou até ao fim da sua vida ⁽¹⁹⁾.

Assim, pode-se dizer sem receio que as emigrações de moçárabes para norte prepararam as sínteses culturais que depois se fizeram em contactos de massa, com as emigrações de clérigos e cavaleiros do Norte no sentido contrário.

As perseguições almorávidas e almóadas foram, decerto, muito destruidoras. Daí resultou, por exemplo, o desaparecimento da comunidade monástica que em Sagres venerava as relíquias de S. Vicente, e que antes tinha sido mencionada com profundo respeito por EDRISI e por ABU HAMID EL ANDALUSI ⁽²⁰⁾. Mais tarde os almóades foram ainda mais violentos. Ali ben Yusuf deportou milhares deles para África em 1126, sob pretexto de haverem colaborado com Afonso I de Aragão ⁽²¹⁾. Alguns anos mais tarde Yaqub Almançor gabava-se de não ter deixado em pé nenhuma igreja cristã nem sinagoga judaica ⁽²²⁾.

Quanto às violências da gente do Norte durante as suas incursões de pilhagem e por ocasião das conquistas que trouxeram ao território cristão muitas cidades anteriormente

⁽¹⁷⁾ RAMÓN DE ABADAL, *La batalla del adopcionalismo y la desintegración de la iglesia visigoda*, Barcelona, 1949; MANUEL RÍU, «Revisión del problema adopcionalista en la diócesis de Urgel», in *Anuario de Estudios Medievales*, 1 (1964), p. 77-96.

⁽¹⁸⁾ J. MATTOSO, *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, Publ. universitaires, 1968, p. 201.

⁽¹⁹⁾ Id., *ibid.*

⁽²⁰⁾ Os respectivos textos são transcritos em J. LEITE DE VASCONCELLOS e M. VIEGAS GUERREIRO, *Etnografia Portuguesa*, v. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1958, p. 277-280.

⁽²¹⁾ L. GARCÍA DE VALDEAVELLANO, *Historia de España. De los orígenes a la baja edad media*, Madrid, Rev. de Occidente, 1955, v. II, p. 422.

⁽²²⁾ J. LEITE DE VASCONCELLOS e M. VIEGAS GUERREIRO, *o. c.*, p. 266.

muçulmanas, pode-se referir, por exemplo, a morte do bispo moçárabe de Lisboa, referida por RANULFO DE GRANVILLE na carta a Osberno ⁽²³⁾ e a deportação de alguns milhares de moçárabes aprisionados e escravizados por Afonso Henriques provavelmente pela mesma época ⁽²⁴⁾. Este último facto conhece-se, no entanto, porque o rei foi asperamente criticado por S. Teotónio, que o obrigou a libertar os cativos e tratou de os proteger e colocar nos domínios de Santa Cruz de Coimbra.

A debilidade moçárabe parece também grande quando se verificam os escassos vestígios linguísticos por eles deixados. Efectivamente, a principal característica indicada pelos filólogos como típica do moçárabe, isto é a preservação do *l* e do *n* intervocálicos, encontra-se em alguns topónimos, mas não muito frequentes, e em certos provincianismos que só alcançam alguma frequência no Baixo Alentejo e no Algarve, sobretudo no Sotavento ⁽²⁵⁾. É significativo que tal característica tivesse desaparecido da língua portuguesa e que os referidos provincianismos constituam resíduos escassos.

Estes indícios negativos, no entanto, podem-se considerar um tanto enganadores quando se reúnem os de sentido contrário, que mostram a resistência moçárabe. Começemos por apontar aqueles que provam a vivacidade de comunidades moçárabes sob domínio islâmico, para depois vermos como subsistem as que são absorvidas pelos cristãos depois da Reconquista.

Refiram-se, neste sentido os nomes de bispos de Coimbra, Idanha, Lamego e Viseu durante os séculos IX e X ⁽²⁶⁾, num período em que o domínio destas cidades por cristãos ou por muçulmanos é muito duvidoso, mas com um bispo, pelo menos,

⁽²³⁾ RANULFO DE GRANVILLE, *De expugnatione Lyzbonensi* (ed. Ch. W. David, 1936), p. 114, 115, 176, 177, 181. A opinião do editor e de GÉRARD PRADALIÉ, *Lisboa, da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas ed., 1975, p. 19-20 deve prevalecer sobre a de LUIS GONZAGA DE AZEVEDO e de ROBERT RICHARD, *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, F. Gulbenkian, 1970, p. 32-52.

⁽²⁴⁾ *Vita Sancti Theotoni*, in *Port. Mun. Hist., Scriptores*, p. 84-85.

⁽²⁵⁾ L. F. LINDLEY CINTRA, *Estudos de dialectologia portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 72-75, 109-116.

⁽²⁶⁾ MIGUEL DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1958, p. 96-97.

Nausto de Coimbra, anterior à «restauração» da cidade por Afonso III, o que torna muito provável a sua autoridade sobre a comunidade moçárabe de Coimbra (27). Conhece-se também uma lápide comemorativa da morte do bispo Julião de Tavira, datada de 986 (28).

A existência de comunidades cristãs no Algarve é atestada não só pelos referidos textos de EDRISI e de ABU HAMID EL ANDALUSI acerca do Santuário de S. Vicente em Sagres, mas também pelo facto de duas cidades algarvias terem nomes de santos, conservados sob a adaptação árabe: Sanbras (S. Brás de Alportel) e Santa Mariya al-Harun (Santa Maria de Faro). O vigor do culto a Santa Maria nesta última cidade verifica-se ainda numa das cantigas de Santa Maria, de AFONSO X, o Sábio, referida ao tempo de Ibn Mafot (Ibn Mahfud Musa ibn Muhammad) (29). Em Lisboa o número de cristãos devia ser tão grande, ainda em 1109, que o príncipe norueguês Sigurd dizia a respeito da cidade, por aí ter passado nesse ano, que a sua população era «meio cristã, meio pagã» (30). Sendo assim, torna-se também significativa da persistência de comunidades cristãs na Estremadura em meados do século XII, testemunhada pelos já referidos factos do assassinato do bispo de Lisboa pelos cruzados e da deportação de moçárabes para Coimbra por Afonso Henriques.

Estes testemunhos devem-se aproximar daqueles que revelam a resistência moçárabe à assimilação nortenha posterior à Reconquista. Esta manifesta-se, em primeiro lugar, pela recusa de adoptarem a liturgia romana, que havia sido imposta a todo o reino de Leão por Afonso VI em 1080. De facto, as comunidades que mais resistiram à mudança de rito foram as moçárabes. Daí que o antigo ritual hispânico, comum a toda a Península, se viesse a chamar também «moçárabe». Com efeito, preservou-se, com o acordo das autoridades oficiais,

(27) Cf. TORQUATO DE SOUSA SOARES, «A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)», in *Revista Portuguesa de História*, 1 (1941), p. 144-148.

(28) LEITE DE VASCONCELLOS e MANUEL VIEGAS GUERREIRO, *o. c.*, p. 271-272.

(29) AFONSO X, *Cantigas de Santa Maria*, n. 183 (ed. W. Mettmann, v. II, Coimbra, 1961, p. 207-208).

(30) Citado por GÉRARD PRADALIÉ, *o. c.*, p. 20.

por exemplo em Toledo, praticado por moçárabes ⁽²¹⁾. Também continuou a servir de distinção aos cristãos de Coimbra que se opuseram à assimilação até aos anos 1115 ou 1116. Efectivamente, o governador da cidade, Sisnando, cujas simpatias para com os árabes são bem conhecidas, apesar de ser um bom servidor de Fernando o Magno e de Afonso VI de Leão, recusou-se até à sua morte, em 1092, a receber o ritual romano. O mesmo fez o bispo da cidade, Paterno, falecido em 1087, o que deu origem a várias dificuldades na sucessão. O clero da catedral escolheu para sucessor Martinho Salomão, que as autoridades leonesas e o arcebispo de Toledo se recusaram a confirmar. Foi preciso esperar a morte de Sisnando para estas conseguirem impor um bispo fiel ao ritual romano, Crescónio de Tui, designado pelo concílio de Husillos em 1092. Mas o activo empenhamento de Crescónio não foi suficiente para dissipar as resistências. Foi também necessário afastar da cidade o genro e sucessor de Sisnando, Martinho Moniz, que teve de se exilar junto de Cid o Campeador. Alguns anos depois, no entanto, depois da morte de Afonso VI, deu-se nova ofensiva da comunidade moçárabe, à frente da qual se voltou a colocar Martinho Moniz, e que em 1111 se revoltou contra o conde D. Henrique, obtendo dele o foral dado nesse mesmo ano, para consagrar um certo compromisso no campo civil e reduzir influência franca na cidade. Quatro ou cinco anos depois, no entanto, ainda havia alguns sinais de resistência no campo eclesiástico, que finalmente foram vencidas pelo bispo Gonçalo Pais de Paiva ⁽²²⁾.

Sendo assim, pode-se considerar a comunidade moçárabe de Coimbra como uma daquelas cuja oposição à assimilação religiosa foi mais prolongada no conjunto da Península. No entanto, existem outros factos que permitem estender a outros locais a mesma observação. Em primeiro lugar, podem-se apontar vários topónimos formados justamente com a palavra

⁽²¹⁾ Sobre tais resistências em matéria de liturgia, ver: PIERRE DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, 1974, p. 391-406.

⁽²²⁾ Sobre todos estes acontecimentos ver o excelente artigo de GÉRARD PRADALIÉ, «Les faux de la Cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII^e siècle», in *Mélanges de la Casa de Velazquez*, 10 (1974), p. 77-97.

«moçárabe(s)». Foram recolhidos por M. VIEGAS GUERREIRO e situam-se em Viana do Alentejo, junto a Elvas, em S. João das Lampas e perto de Alenquer ⁽³³⁾. Em segundo lugar, a persistência e o vigor do culto a santos mártires que eram especialmente venerados pelos cristãos do Sul, a começar por S. Vicente, cuja transladação foi relatada precisamente por um moçárabe, mestre Estêvão, chantre da Sé de Lisboa, cujos conhecimentos de árabe ele manifesta citando e traduzindo várias palavras dessa língua ⁽³⁴⁾. Os seus sentimentos e preferências surgem claramente, quando diz, com orgulho, que Afonso Henriques nunca conseguiu encontrar as relíquias de S. Vicente enquanto quis levá-las para o norte. Só quando decidiu que ficassem em Lisboa se realizou o projecto da transladação, executado justamente por moçárabes.

Mas também se propagou o culto de outros santos vindos da época moçárabe: os mártires Justa, Máximo e Veríssimo, venerados em Lisboa, o bispo S. Manços em Évora, o mártir moçárabe de Beja, S. Sisenando, morto em 851 ⁽³⁵⁾. Quem sabe se também o culto de Santa Comba e de Santa Iria, de origens obscuras, se deve igualmente aos moçárabes, assim como o de S. Paio e de S. Mamede ⁽³⁶⁾. Não menos significativa é a existência de um mosteiro dedicado a S. Cucufate junto a Beja, e que o concelho da cidade colocou sob a obediência de S. Vicente de Lisboa em 1254 ⁽³⁷⁾. Foi fundado numa antiga vila romana

⁽³³⁾ LEITE DE VASCONCELLOS e MANUEL VIEGAS GUERREIRO, *o. c.*, p. 281-282.

⁽³⁴⁾ MESTRE ESTÊVÃO, *Translatio et miracula sancti Vincentii*, in *Port. Mon. Hist., Scriptores*, p. 96-97.

⁽³⁵⁾ MIGUEL DE OLIVEIRA, *Lenda e história. Estudos hagiográficos*, Lisboa, União Gráfica, 1964, p. 107-110, 149-165.

⁽³⁶⁾ Cf. *ibid.*, p. 122-125, 7-55, 101-102; A. de J. da Costa, «Santa Iria e Santarém», in *Revista Portuguesa de História*, 14 (1972), p. 9-63, 521-530.

⁽³⁷⁾ VIRGÍNIA RAU, *Sesmarias medievais portuguesas* (ed. de J. M. Garcia), Lisboa, ed. Presença, 1982, p. 148-149. A pesquisa arqueológica aí feita e conduzida pelo Prof. JORGE ALARCÃO revela que não se encontram vestígios de ocupação entre os séculos VIII e XII (informação oral prestada pelo Dr. ANTÓNIO DIAS DIOGO, que colabora na referida pesquisa). Sendo assim, a comunidade resulta de uma criação posterior à Reconquista de Beja. Não é de excluir se tratasse precisamente de uma comunidade fundada por moçárabes que se retiraram dos centros urbanos depois da

abandonada. A dedicação a S. Cucufate, um santo do calendário hispânico cujo culto veio depois a desaparecer quase por completo, e que não se encontra no calendário romano, mostra o apego à tradição pré-astúrica. A importância local que teve o culto destes santos constitui, portanto, um testemunho de respeito, pelas devoções dos cristãos que existiam à época da Reconquista nas cidades do Sul, ou pelo menos o propósito de captar a sua simpatia para aceitarem a hierarquia e liturgia dos conquistadores.

Este conjunto de indícios, juntamente com os da toponímia, mostra que as impressões negativas apontadas em primeiro lugar não podem ser exageradas. Sendo assim, permitem enquadrar melhor dados de outro tipo, de significação ambígua, como os topónimos derivados da antroponímia árabe que PEDRO DA CUNHA SERRA encontrou a norte do Mondego, e sobretudo os que documentam a fixação de grupos de povoadores vindos de Mérida, Córdova, Santarém ou Coimbra, na Beira Alta, a norte de Viseu, ou mesmo a norte do Douro (28). Atendendo aos nomes, devem ter sido criados por gente emigrada do Sul e que ali mantém indícios da aculturação árabe. Não menos importante é o topónimo Moldes, de que já falei. A identificação de grupos de convertidos ao islamismo na Beira, ao ponto de servirem para designar determinadas povoações, exprime de certo casos suficientemente excepcionais para se oporem ao meio ambiente. Seriam o indício de minorias que cederam ao islamismo numa região maioritariamente cristã. De facto não se encontra o mesmo topónimo a sul do Mondego.

A relativa abundância de testemunhos tipicamente moçárabes na toponímia do centro da Península foi verificado por ANGEL BARRIOS GARCÍA num recente artigo acerca das regiões de Ávila e de Salamanca. Aqui a toponímia moçárabe é de tal modo densa que não pode deixar de significar a origem

Reconquista para poderem continuar a partilhar a sua liturgia e preservarem as suas tradições religiosas.

(28) PEDRO DA CUNHA SERRA, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento no Noroeste peninsular*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967, p. 101-111. Aos nomes aí indicados pode-se também juntar alguns que constam da lista elaborada por A. BORGES COELHO, *Questionar a História. Ensaio sobre a história de Portugal*, Lisboa, ed. Caminho, p. 69-75.

de comunidades criadas entre o domínio árabe (ou aproveitando uma grande tolerância por parte deste) e o domínio cristão (30).

Também se pode apontar como testemunho da arabização das comunidades cristãs da Beira o facto de em 1020 o cadi Abu-l-Qasim de Sevilha ter realizado uma expedição a Lafões onde veio a encontrar uma população cristã que falava árabe, e da qual trouxe para a sua terra trezentos cativos (40).

Uma fonte com informações tão abundantes como os foros de Alfaiates (41) revela pormenores interessantes acerca das áreas da civilização do centro da Península em que a aculturação moçárabe se deu mais intensamente. De facto, numa comunidade cujas instituições fundamentais são tipicamente peninsulares e que se organiza em função da defesa e do ataque contra os muçulmanos, numa vigorosa manutenção da sua autonomia perante o próprio rei de Leão, apesar de ele ter confirmado os referidos foros, encontram-se não poucos vocábulos árabes, cujo uso é significativo. Designam elementos da vida militar, como fortificações («alcácer», «atalaia»), expedições de ataque («azaria», «almofala») e o seu chefe («adail»). Verificando-se que as operações defensivas são de origem latina («apelid») e que não se encontra ali o termo «alcaide», mas só «alcalde», pode-se concluir que os concelhos das regiões, que adoptam os mesmos foros, recebem dos árabes, decerto por intermédio dos moçárabes, as formas de organização das expedições de pilhagem e de ataque e os dispositivos de vigilância para prevenir depredações do mesmo género.

(30) ANGEL GARCIA BARRIOS, «Toponomástica e historia. Notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero», in *En la España medieval. II. Estudios en memoria del professor D. Salvador de Moxó*, Madrid, Univ. Complutense, 1982, p. 115-134. Não conheço nenhum estudo que isole a toponímia de origem certamente moçárabe em Portugal. Mas é significativo que seja essa a origem, por exemplo, de *Pinhel* (L. F. LINDLEY CINTRA, *o. c.*, p. 114), na Beira.

(40) SIMONET, *o. c.*, cit. por LEITE DE VASCONCELLOS e M. VIEGAS GUERREIRO, *o. c.* O texto árabe em que SIMONET se baseia não está traduzido. Foi publicado em árabe por Dozy, *Scriptorum arabum loci de Abbadidis*, v. II, p. 6-7, cuja fotocópia me foi amavelmente comunicada pelo Dr. HENRIQUE DAVID, da Faculdade de Letras do Porto.

(41) Publicações em *Port. Mon. Hist., Leges*, p. 791-848.

Os termos árabes encontram-se aí também nos domínios da vida urbana e do comércio: «alfoli» (celeiro), «alquillé» (aluguer, empregue para casas), «almoeda» (leilão), «almo-creve», «almotacé» (na forma bem próxima do termo original *almutazeb*), «acongue» e «alqueire». Acrescente-se o termo «almuinha», que embora diga respeito ao espaço rural, designa as hortas e quintais dependentes do tecido urbano e organizadas para garantirem o seu abastecimento. Têm o mesmo sentido os vocábulos «azinha» e «maquia», relacionados com a tecnologia da moagem, tão importante para o abastecimento dos habitantes de um povoado. Seguem-se os termos «rabadão» (pastor), «anáfaga» (provavelmente recompensa pelo trabalho assalariado do pastor), o que significa que os homens de Ribacoa recebem dos árabes algumas formas da pecuária. E finalmente o termo «aldeia», cujo emprego é muito curioso, porque se aplica ao povoado do meio rural, por oposição ao de tipo urbano, que é a «vila». Sendo, afinal, dois termos que deviam designar formas equivalentes de organização do domínio em torno do respectivo centro (⁴²), é muito significativo que a palavra procedente do meio linguístico mais urbanizado — a civilização muçulmana —, se prefira para aplicar ao meio rural, ao passo que a derivada da civilização mais rural do Norte, se escolha para aplicar ao meio urbano. O que é, afinal, lógico, dado o sentido das oposições pressupostas, e por outro lado muito expressivo do processo de aculturação. A escolha de «vila» para designar centro do concelho manifesta a predominância da população leonesa e a secundaridade da influência árabe. Mas para os habitantes da cidade, mais influenciados pelas instituições meridionais, típicas do espaço urbano, os aglomerados em meio rural são designados pelo termo «aldeia», de origem meridional.

Análises como esta mostram a inverosimilhança das teses que atribuem o povoamento da área de Ribacoa à acção dos reis leoneses Fernando II e Afonso IX, que teriam para aí levado gente do Norte. A eles se atribui também a autoria dos foros em Ribacoa no fim do século XII e princípio do seguinte. Aquela hipótese, que toma o ponto de vista da corte leonesa, torna incompreensível a abundância e a importância

(⁴²) Cf. A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *o. c.*, p. 120-121.

dos arabismos. No caso de se admitir um repovoamento de locais antes desertos, por emigrantes vindos do Norte, teria de se considerar também que os moçárabes tivessem emigrado em massa para as regiões do Norte e regressado depois com o conjunto dos povoadores. Ora a abundância de elementos árabes no Norte é incomparavelmente menor. Por outro lado, encontra-se nos foros de Riba-Coa, e particularmente nos de Alfaiates, uma organização de tal modo coerente, e com instituições tão primitivas, que não se pode deixar de admitir também uma secular convivência entre os seus membros. A comunidade não podia deixar de ter atrás de si alguns séculos de autonomia e de experiência na elaboração dos costumes.

Assim, o problema moçárabe conduz-nos, ao mesmo tempo, a reformular o do ermamento. Se algum houve, não podia ter desertificado por completo o vale do Douro. Não fez mais do que contribuir para isolar as comunidades ali existentes, reforçar a sua atitude de defesa, acentuar a sua autonomia, aumentar os laços de solidariedade. As investigações de ANGEL BARRIOS GARCÍA acerca das regiões de Ávila e de Salamanca conduzem exactamente ao mesmo resultado ⁽⁴³⁾.

Existem, de resto, testemunhos explícitos da independência e da capacidade de negociação de algumas destas comunidades. O mais eloquente é o que se encontra no foral de Tavares de 1112, onde o outorgante, o conde D. Henrique, declara:

«et non exeant de illis [foribus] pro tali acti que est illo castro inter Mauros et Christianos et uolent proinde ingenuos esse et querent bonos foros prenominatos» (DR 27).

Quer dizer, os habitantes das povoações situadas na zona fronteira entre as áreas claramente dominadas pelo rei de Leão e as ocupadas militarmente pelos almorávidas encontravam-se nesta época em posição de poderem negociar a sua colaboração com um campo ou o outro, e reforçar assim a sua independência.

O que aqui dizemos acerca dos moçárabes e particularmente dos da zona situada entre o Douro e o Tejo, mostra, assim, a sua real importância na época de transição entre o período da preponderância islâmica na Península e a sua

(⁴³) Cf. *supra*, nota 39.

decadência. Nesta base, talvez seja bom apontar rapidamente alguns problemas que, por isso mesmo, carecem de revisão.

Começemos pelos problemas linguísticos. Será certo que os fenómenos próprios do Sul do país, como a monotongação do *ou* e do *ei* e a indiferenciação entre /c/ e /s/ iniciais se devem a fenómenos de «colonização» linguística, isto é, de mistura de gente emigrada, vinda do Norte, com a autóctone? Dado que fenómenos como estes, particularmente a monotongação, se podem documentar já no século XIII⁽⁴¹⁾, não poderão constituir, afinal, testemunho de particularidades vindas do fundo dos séculos, isto é, anteriores à «colonização» nortenha? Mas se eles revelam a persistência de caracteres próprios, não significa isso mesmo resistência demográfica e até cultural a influência alheia?

Em segundo lugar, os problemas institucionais. Se as populações moçárabes que melhor puderam organizar-se pelos seus próprios meios foram as do centro da Península, elas coincidem, afinal, com aquelas que se constituíram como concelhos e puderam negociar a sua independência com os reis cristãos do Norte ou com os chefes das taifas ou os guerreiros almorávidas e almóadas. Foram estes concelhos, portanto, os que tiveram melhores condições para criarem instituições autónomas. A sua situação de isolamento e de defesa obrigou-os a preservarem costumes antigos consignados aos foros e forais. Ou seja, a tese de HERCULANO não se verifica, mas tem alguma coisa de verídico. Os antecedentes dos municípios podem não ser romanos, mas têm provavelmente de se procurar nas comunidades autóctones cuja organização a romanização respeitou no todo ou em parte, sobretudo em áreas menos urbanizadas, e que ressurgiram através das vicissitudes das ocupações visigótica, suévica, árabe e cristã. Daí a persistência, igualmente, de fenómenos e tradições de «direito público» como o carácter fiscal da *jugada*, revelado por PAULO MERÊA⁽⁴²⁾, e a organização colectiva dos concelhos sob a presidência de magis-

(⁴¹) ADELINA A. PINTO, in *Boletim de Filologia*, 27 (1982), p. 138-139, nota 153.

(⁴²) PAULO MERÊA, «Reflexões e sugestões sobre a origem da jugada», in Id., *Novos estudos de história do Direito*, Barcelos, 1937, p. 83-100.

trados de carácter judicial ⁽⁴⁶⁾. A insistência de TORQUATO SOARES em ver no *conventus publicus vicinorum* um antecedente dos concelhos medievais tem assim a sua razão de ser ⁽⁴⁷⁾. A sua ideia de que o repovoamento se faz no vale do Douro com gente vinda das Beiras obtém também uma certa confirmação ⁽⁴⁸⁾.

E finalmente, o vasto campo da cultura. A esta luz, será necessário antes de mais rever as teses tradicionais acerca da arte chamada, justamente, «moçárabe». Os poucos vestígios até agora identificados como tal no nosso país, em Lourosa e em Balsemão, talvez não estivessem tão isolados como muitas vezes se pensa. A surpresa com que os mais recentes investigadores verificam uma certa abundância de vestígios «românicos» a sul do Douro, ou mais exactamente entre o Douro e o Tejo, como acontece concretamente com MANUEL REAL, não seria, assim, tão estranha como isso ⁽⁴⁹⁾.

Em segundo lugar, podem interpretar-se como resultantes de uma verdadeira simbiose entre as tradições do Baixo império, preservadas por clérigos do Sul e depois por clérigos moçárabes, e os estímulos da renovação cultural do fim do século XI e princípio do século XII, sob influência franca e romana, as produções de um centro tão pujante como Santa Cruz de Coimbra. Já noutros lugares me referi à relação que os seus escritos têm com temas moçárabes ⁽⁵⁰⁾. Os termos árabes que por vezes aparecem nos seus escritos, o nome «lusitânia» dado ao território ao sul do Douro nos *Anais* ali redigidos, os livros científicos e de medicina que eles possuíam estão na perfeita continuidade do tipo de cultura revelado pela lista dos livros

⁽⁴⁶⁾ Ver J. MATTOSO, *Identificação de um país*, Lisboa, ed. Estampa, 1985, vol. I (no prelo).

⁽⁴⁷⁾ TORQUATO DE SOUSA SOARES, «Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista», in *Revista Portuguesa de História*, 1 (1941), p. 71-92; p. 265-291.

⁽⁴⁸⁾ Id., *Contribuição para o estudo das origens do povo português*, Sá da Bandeira, 1970.

⁽⁴⁹⁾ Investigação em curso, embora iniciada desde 1974, com a tese de licenciatura ainda inédita de MANUEL DE SOUSA REAL, *A arte românica de Coimbra. Novos dados. Novas hipóteses*, Porto, 1974 (policopiada).

⁽⁵⁰⁾ J. MATTOSO, *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 109-115, 210-216, 231-239.

que pertenciam ao bispo moçárabe Paterno de Coimbra, e cujo elenco conhecemos por terem sido deixados à Sé ⁽⁵¹⁾.

Mas o moçarabismo não surge apenas em meios clericais. Podem, afinal, atribuir-se aos mesmos meios humanas atitudes civilizacionais mais profundas ainda, como seja uma certa percepção do tempo e do espaço própria dos centros urbanos, e que não são necessariamente de origem árabe. Este facto pode ser testemunhado muito concretamente pelo facto de no Centro e Sul do país as confrontações dos prédios urbanos e rurais se indicarem por meio dos pontos cardiais, com termos de origem latina ⁽⁵²⁾. Ora, este facto manifesta que o homem se considera como o centro de um espaço neutro ou de um espaço cósmico, e não como o ser limitado por uma paisagem dominada pelos obstáculos naturais: os montes e os rios. Aí, nesse espaço, a civilização é menos dependente de conceitos sacrais e de ritmos sazonais, mais apoiada em técnicas com as quais se aprendeu a sujeitar a matéria e a torná-la útil ao homem.

Noutro sector, e embora não se encontrem vestígios concretos em território português, não podem deixar de se mencionar os testemunhos literários moçárabes constituídos pelas *carjas* ⁽⁵³⁾. Como se sabe, os autores castelhanistas reivindicaram-nas como as poesias antecessoras dos *villancicos*; e provariam que a lírica castelhana não é apenas um fenómeno moderno. Pelo contrário, os admiradores da lírica galego-portuguesa perguntaram ansiosamente se a sua descoberta nos tiraria o monopólio de que parecíamos até então gozar no âmbito peninsular, até ao século XV, transferindo para a Andaluzia o que se julgava proceder de Santiago de Compostela. Não menos importante do que o problema das precedências

⁽⁵¹⁾ *Liber anniversariorum ecclesiae colimbriensis (Livro das Kalandas)* (ed. PIERRE DAVID e T. DE SOUSA SOARES, Coimbra, 1948), v. II, p. 122 e comentários de A. DE J. DA COSTA, «A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XII», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 38 (1983), p. 15, 16, 17-18.

⁽⁵²⁾ J. MATTOSO, *Identificação de um país*, cit., v. I.

⁽⁵³⁾ Sobre as *carjas*, ver E. GARCÍA GÓMEZ, *Las jarchas romances de la serie árabe en su marca*, Barcelona, 1973; R. HITCHCOCK, *The Kharjas*, London, 1976; J. M. SOLÁ-SOLÉ, *Corpus de la poesia mozárabe (las hargas andalusies)*, Barcelona, 1973.

e dos antecedentes, é o das diferenças. ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA mostrou, com toda a pertinência, que as carjas revelam uma noção diferente do mundo objectivo, quando comparadas com as cantigas de amor e de amigo. Os temas e situações são muito semelhantes. Mas aquelas exprimem o sentimento por meio da evocação do corpo — dos olhos, dos lábios, do pescoço —, ou o uso de comparações com objectos não menos concretos, como os frutos, ou ainda com a observação da cor e da forma. Também não hesitam em empregar frequentemente diminutivos e locuções familiares. Tudo isto se opõe à austeridade rústica, ao desenho esquemático, à redução de situações aos elementos essenciais, sem pormenorização erótica, à evocação de sentimentos por meio das situações-tipo, que caracterizam as composições galego-portuguesas (54).

Tudo isto mostra a necessidade de examinar com cuidado o problema da relação entre a literatura moçárabe e a galego-portuguesa. Pode-se perguntar, afinal, se o exemplo da poesia popular meridional, preservada pelas comunidades cristãs subjugadas ao Islão, não teria influenciado, ao menos parcialmente, os trovadores e jograis do Norte, cujas viagens e deslocamentos foram tão frequentes.

Noutro tipo de composições, a épica, cujo principal testemunho é constituído pela *Gesta de Afonso Henriques*, isolada e estudada por ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA (55), não pode também deixar de se reconhecer não só a influência dos cavaleiros de Coimbra, cujos antecedentes moçárabes são já conhecidos, mas também o próprio tema da controvérsia religiosa que tanto deve ter afectado os cristãos obrigados a mudar de rito litúrgico por imposição dos clérigos vindos do Norte (56).

Tudo isto mostra, não há dúvida, a importância do contributo moçárabe para a formação de uma cultura portuguesa. A intuição de HERCULANO, depois do descrédito a que foi submetida pelos autores que mais insistiram na importância do contributo procedente do Norte da Península e de Portugal, volta assim a justificar-se, embora formulada em novos

(54) A. J. SARAIVA, *A cultura em Portugal. Teoria e história*, Livro II, Lisboa, ed. Bettrand, 1984, p. 189-193.

(55) A. J. SARAIVA, *A época medieval portuguesa*, Lisboa, Inst. de Cultura Portuguesa, 1979.

(56) Id., *ibid.*, p. 61-68; Id., *A cultura portuguesa, cit.*, p. 129-135.

termos. As teses de A. BORGES COELHO contêm também muitas sugestões estimulantes. É, afinal, uma história oculta. Torna-se necessário utilizar dados de procedência muito diversa para poder encontrar a sua coerência. O que aqui fica dito é ainda demasiado genérico. Urge retomar a questão, fazer investigações sistemáticas e aprofundadas, para esclarecer alguns pontos ainda obscuros deste domínio tão vasto.